

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS
REUNIÃO ORDINÁRIA – 10/04/2003

1
2
3
4 Aos dez dias do mês de abril de 2003, às nove horas e trinta minutos, na sala de reunião(sala
5 42) da SES-TO, deu-se início a Reunião Ordinária da COMISSÃO INTERGESTORES
6 BIPARTITE, pelo Senhor Presidente-Substituto Petrônio Bezerra Lola, com as presenças - **SES:**
7 Olivério Alves da Silva Neto/ Vigilância Ambiental/ César M.G. Touza/ Diretoria Administrativa e
8 Financeira, Linvalda R. de Araújo/ Diretoria de Atenção Básica, Haidêe Campiteli Vasques/
9 Diretoria de Assistência a Saúde **COSEMS:** José Gastão Almada Neder/SMS-Palmas,
10 Furtunato Soares Barros-SMS/Gurupi, José da Silva-SMS/Augustinópolis, Nilton Vale
11 Cavalcante- SMS/Colinas **Suplentes:** Àurea Maria Casagrande da Luz- SMS/Araguaína,
12 Ednalva Aires da Silva Ribeiro-SMS/ Silvanópolis **CONVIDADOS:** Edinaldo dos
13 Santos/FUNASA, Hemerson Pereira Valente –SMS/ Porto Nacional, Maria Gerusa R. Santos-
14 SMS/ Paraíso, Dra. Maria Roseli de Almeida Pery- Ministério Público Estadual . Procedeu-se à
15 apreciação da pauta, sendo incluindo alguns informes : Situação dos municípios quanto ao
16 cumprimento do envio dos Sistemas de Informações em Saúde, Cadastramento do Cartão SUS,
17 Meta a ser atingida de vacinação Canina e Felina no Estado. Dr. Gastão Almada Neder
18 questiona não constar em pauta a normatização de TFD o qual ficou aprovado em reunião
19 anterior que seria apreciado hoje, coloca que não é mais possível protelar, uma vez que os
20 municípios estão sendo prejudicados, principalmente Palmas que é referência para grande parte
21 dos municípios do Estado. Dr. Petrônio lembra que ficou acertado em reunião anterior, e consta
22 em ata, seria que logo após apreciação do Conselho Estadual de Saúde voltaria a CIB, o que
23 não foi possível, pois após duas reuniões do CES, sem chegar a uma definição, se criou uma
24 comissão para elaboração da normatização sobre TFD. Dra. Roseli Pery Ministério Público
25 Estadual que também compõe a comissão, acrescenta que devido a complexidade do assunto
26 se criou uma comissão onde foi sugerido pelo M.P. reunir modelos de outros estados para
27 estudo e no que for possível adequá-los a nossa realidade, também já colocou-se a
28 disposição da Secretaria para elaboração de um documento que não fira nenhum direito do
29 cidadão. Afirma que leva algum tempo para elaboração de um documento que possa surtir um
30 efeito prático, considerando as necessidades de ambos os lados o gestor e o cidadão. Dr.
31 Gastão pergunta como ficará a situação dos municípios até que se ponha em prática as normas
32 sobre TFD. Dr. Petrônio coloca que as transferências intermunicipais serão de responsabilidade
33 dos municípios; transferência de pacientes internados (intermunicipais ou interestaduais) a
34 responsabilidade serão dos hospitais e pacientes ambulatoriais as transferências interestaduais
35 serão da responsabilidade do Estado, nesse momento fica aprovado tais normas de conduta

